

Joalheria usa a cota postal de senador para enviar anúncios

■ Mesa abre sindicância para descobrir quem é o responsável

Reprodução

ILIMAR FRANCO

BRASÍLIA — A empresa Henry Joalheiros, do empresário Pedro Neves, enviou este mês centenas de correspondências publicitárias sem ter desembolsado um só centavo nos correios: a mala direta foi paga pela cota de um senador, ainda não identificado pela Mesa. Na sexta-feira, o caso foi levado ao primeiro secretário do Senado, Júlio Campos (PFL-MT), responsável pela administração da Casa, que determinou a abertura de uma sindicância. "É malversação do dinheiro público. Os senadores têm cota de correios para fins políticos e partidários, e não para repassá-la a empresas privadas", condenou.

O Senado gasta mensalmente cerca de US\$ 50 mil com os Correios, sendo que a última fatura, paga em abril, foi no valor de Cr\$ 1,8 bilhão — cerca de US\$ 47 mil pelo dólar comercial. Esta cota destina-se a permitir o contato político e partidário com as bases e cada senador tem uma participação proporcional ao número de eleitores de seus estados. São duas cartas simples para cada mil eleitores, com uma cota mínima de quatro mil correspondências. Os integrantes da Mesa e os líderes têm cota dobrada.

Abuso — Os recursos públicos desviados são insignificantes, mas refletem, como admite Júlio Campos, "um abuso" por parte do senador que o praticou. Preocupado com as críticas e denúncias contra o Legislativo, o senador fez questão de deixar claro que o Orçamento do Senado para este ano representa apenas 0,29% do Orçamento da União.



HENRY JOALHEIROS

FRANQUEADO
CONTRATO
ECI, SENALO FEDERAL
UP: APT SENADO

BOLIN 303 - Bloco "C" - Sala 119 - Fone: 323-9012 - Brasília - DF

Mala direta da Henry Joalheiros foi enviada de graça para seu dono

Enquanto o Senado procura quem beneficiou a Henry Joalheiros, a Mesa da Câmara dos Deputados e o Supremo Tribunal Federal assistem de braços cruzados a um caso concreto de falta de ética na política, segundo denúncia feita pelo deputado Chico Vigilante (PT-DF).

A história relatada por Vigilante no plenário da Câmara mostra que muitas vezes o que é legal não é ético e nem consegue legitimar determinadas posturas assumidas pelos homens públicos.

O petista relatou a situação do deputado Ricardo Murad (PFL-MA), que se utilizando de artifícios legais, exerce dois mandatos: um de deputado federal e outro de prefeito, através de sua mulher, Teresa Murad. O caso começou em três de outubro de 1992, quando Ricardo elegeu-se prefeito de Coroatá (MA) tendo como vice a mulher. A 1º de janeiro quando os eleitos deveriam tomar posse e ele renunciar a seu mandato, Ricardo com o apoio da Câmara de Vereadores local conse-

guiu que a mulher assumisse em seu lugar.

Os motivos que impediram que ele tomasse posse não foram suficientes para que ele comparecesse à solenidade. No fim de março esgotou-se a licença concedida para que o prefeito eleito assumisse mas a Câmara prorrogou-a até 31 de dezembro de 1993. A justificativa para a decisão foi de que o município "não poderia ficar sem o seu representante na Câmara dos Deputados".

Fraude — Vigilante diz que Murad, além "de violar a lei exercendo dois mandatos", cometeu uma "fraude contra a vontade do eleitor, que votou no deputado e não em sua mulher para a prefeitura".

Disposto a assumir sua cadeira na Câmara, o suplente Albérico Filho, sentindo-se prejudicado com o esquema montado por Murad, recorreu à Mesa e ao Supremo Tribunal Federal. A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara e o STF ainda não arranjaram tempo para tratar do caso.